



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019
Folha nº _____
Rubrica: _____

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019
MENOR PREÇO

PROCESSO Nº 332/2019

Objeto: Contratação de serviço de auditoria externa para o diagnóstico, mapeamento, proposição de melhorias, orientação de prática e implantação de novos processos administrativos, em observância a NBC TSC 4400 – Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados, para a Gerência de Pessoas da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER, visando prioritariamente nortear todos os processos referentes, de forma a configurar um novo Modelo de Gestão compreendendo as áreas de pessoal, trabalhista e previdenciária, conforme as especificações estabelecidas neste edital e seus anexos.

Sr. Fornecedor

Caso deseje receber informações a respeito do andamento desta licitação, fineza preencher os dados abaixo e encaminhá-los pelo e-mail: cpl@caer.com.br.

PREGÃO PRESENCIAL nº 54/2019	
Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Contato:	
Fone:	Fax:
E-mail:	

Obs.: A não entrega deste comprovante exime esta CPL de eventuais comunicações.

Caso não haja expediente nesta data, serão recebidas no primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA CAER: DAS 7h e 30min às 13h e 30min (horário local)

Este edital se encontra disponível no site: www.caer.com.br



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019
Folha nº _____
Rubrica: _____

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019

PROCESSO Nº 332/2019

SETOR INTERESSADO: GEP

TIPO	Menor Preço.
BASE LEGAL	Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto 3.555, de 8 de agosto de 2000, pelo Decreto Estadual 4.794-E de 03 de junho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores a estas normas, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014 e Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais, bem como pelas condições e exigências contidas neste edital e seus anexos.
OBJETO	Contratação de serviço de auditoria externa para o diagnóstico, mapeamento, proposição de melhorias, orientação de prática e implantação de novos processos administrativos, em observância a NBC TSC 4400 – Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados, para a Gerência de Pessoas da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER, visando prioritariamente nortear todos os processos referentes, de forma a configurar um novo Modelo de Gestão compreendendo as áreas de pessoal, trabalhista e previdenciária, conforme as especificações estabelecidas neste edital e seus anexos.
CRENCIAMENTO, RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO.	
LOCAL DO CERTAME: Rua Melvin Jones, 219 – São Pedro – Bloco B, Sala B4.	
DIA: 27/02/2020	
HORA: 9h - horário local	
INÍCIO DA SESSÃO	
DIA: 27/02/2020	
HORA: 9h - horário local	
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL	
- Telefone: (95) 2121-2212	
- EMAIL: cpl@caer.com.br	



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019

Folha nº _____

Rubrica: _____

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - Nº 54/2019

TIPO: MENOR PREÇO

A **COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER**, por intermédio de sua pregoeira, Enilda Nunes Aragão e equipe de apoio, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL** a ser **juizado pelo MENOR VALOR GLOBAL**, observadas as especificações deste edital e seus anexos.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto 3.555, de 8 de agosto de 2000, pelo Decreto Estadual 4.794-E de 03 de junho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores a estas normas, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147 de 7 de agosto de 2014 e Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais, bem como pelas condições e exigências contidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de serviço de auditoria externa para o diagnóstico, mapeamento, proposição de melhorias, orientação de prática e implantação de novos processos administrativos, em observância a NBC TSC 4400 – Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados, para a Gerência de Pessoas da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER, visando prioritariamente nortear todos os processos referentes, de forma a configurar um novo Modelo de Gestão compreendendo as áreas de pessoal, trabalhista e previdenciária, com o objetivo de:

- Verificar se os procedimentos adotados estão adequados;
- Verificar se os procedimentos estão em conformidade com a legislação e pertinente a demais normas vigentes;
- Identificar procedimentos que possam se traduzir em riscos potenciais para a CAER, culminando futuramente em possíveis desembolsos, sugerindo medidas a eliminar os riscos administrativos e financeiros;
- Analisar o ambiente de informação relacionado aos setores;
- Identificar a oportunidades de redução de custos dentro dos setores.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação, pessoas jurídicas que possuam em sua atividade, ramo pertinente ao objeto licitado que atenderem todas as exigências constantes neste edital e seus anexos;

2.2. Não poderão participar da presente licitação:

- a) consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição e que não cumpram o disposto no Art. 9º da Lei 8.666/93;
- b) empresas ou sociedades estrangeiras não instaladas no Brasil;
- c) pessoas físicas ou jurídicas que estiverem suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar junto à Administração;
- d) pessoas físicas ou jurídicas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar junto à administração pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- e) Com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial;
- f) pessoas físicas ou jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

2.3. A participação no certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

2.3. Com fundamento no Art. 49, inciso II da Lei Complementar 123/2006, esta licitação **não será destinada à participação exclusiva de Micro e Pequenas Empresas.**

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Apenas a participação presencial, através de representante credenciado, permite aos licitantes a prática dos atos de lance, negociação e recurso;

3.2. O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto a pregoeira implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao pregão presencial;

3.3. Para participação presencial, o sócio, o proprietário, dirigente ou representante da empresa, munido de documento que o habilite, deverá se apresentar para credenciamento junto à pregoeira na data e horário estabelecidos neste Edital, devidamente munidos dos seguintes documentos:

- a) Original ou fotocópia autenticada do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



- b) Declaração original ou fotocópia autenticada, de que cumpr plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 4º, inciso VII, da lei Federal nº 10.520/2002, (modelo no anexo do edital III), com assinatura compatível com o documento apresentado na letra “a” deste item, ou assinada por quem detenha poderes de representação;
- c) A não apresentação das declarações exigidas no credenciamento, não será motivo para exclusão da licitante, podendo serem preenchidas na fase de credenciamento, devendo ser assinada por quem detenha os poderes de representação (sócio ou procurador);
- d) Declaração de pleno conhecimento e aceitação do edital e seus anexos (modelo no anexo IV do edital).
- 3.3.1. A aceitação de documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original à pregoeira, para a devida autenticação;
- 3.4. Procuração, por instrumento público ou particular, ou documento legal (modelo no anexo II do edital) que comprove seus poderes para apresentar proposta, formular lances e praticar todos os atos admitidos e pertinentes ao certame, em nome do licitante;
- 3.5. Original e fotocópia do documento de identidade com foto do representante legal na sessão;
- 3.6. O representante a ser credenciado deverá ser distinto e único para cada licitante e comparecerá à sessão munido de fotocópia e original do documento de identidade com foto e procuração, conforme item 3.4 deste edital;
- 3.7. Caso o credenciado seja sócio ou dirigente do licitante, é indispensável que se comprove, na ocasião, ser detentor de poderes que o habilitem a formular lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, em nome do proponente, salvo se expressamente comprovados no documento apresentado na letra “a” do item 3.3;
- 3.8. Os documentos relacionados na letra “a” do item 3.3, deverão ser apresentados obrigatoriamente, sob pena de exclusão do certame.**
- 3.9. Em caso de ausência ou incongruência apenas dos documentos exigidos nos itens 3.6 e 3.7, o licitante não será excluído do certame, contudo concorrerá somente com a oferta constante de sua proposta comercial, ficando impedido da prática de atos de lance, negociação e recurso;
- 3.10. Caso o licitante pretenda utilizar-se dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 para microempresas ou empresas de pequeno porte deverá apresentar os documentos a seguir, juntamente com os exigidos nos itens anteriores;
- 3.11. Para fins de comprovação da condição de micro ou pequena empresa, assim definidas aquelas que se enquadram na classificação descrita no Artigo 3º da Lei Complementar 123-2006, as licitantes deverão apresentar declaração de enquadramento da junta comercial e/ou declaração contida no anexo IX deste edital, com assinatura compatível com o documento apresentado na letra “a”, do item 3.3 ou assinada por quem detenha poderes de representação;**
- 3.12. Os documentos para credenciamento NÃO deverão ser entregues dentro dos envelopes de proposta e habilitação;**
- 3.13. A ausência de credenciamento não excluirá o licitante do certame, mas importará a preclusão do direito de formular lances na sessão, na renúncia ao direito de interposição de recursos e a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Os documentos da proposta comercial e de habilitação deverão ser entregues a pregoeira na abertura da sessão pública deste certame, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, contendo em sua parte externa as seguintes informações:

Envelope 1

À
PREGOEIRA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E
ESGOTOS DE RORAIMA – CAER
PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/XX
PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/XX
“PROPOSTA COMERCIAL”
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Envelope 2

À
PREGOEIRA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS
DE RORAIMA – CAER
PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/XX
PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/XX
“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

5. PROPOSTA COMERCIAL

- 5.1. A proposta comercial poderá ser apresentada conforme modelo (anexo V) deste edital, obedecidas as disposições do termo de referência (Anexo I), com assinatura compatível com a do documento apresentado na letra “a” do item 3.3 ou por quem detenha os poderes de representação;
- 5.1.1. Na proposta comercial deverão constar os seguintes elementos:
- a) razão social, CNPJ (que deverá ser o mesmo para a proposta comercial e nota fiscal), endereço completo, número de telefone, e-mail (se houver) e fax, bem como o nome do banco, número da conta e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos;
- b) Descrição do objeto licitado com as devidas especificações técnicas, marcas e outros elementos exigidos no Anexo I, de modo a identificar o produto ofertado e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº. 8.078/90 – Código de defesa do consumidor;
- c) Indicação dos preços unitário e total em moeda corrente do país, em algarismos, com 2 (duas) casas decimais após a vírgula, para todos os itens que compõem a proposta;



- 5.1.2 O preço total proposto importará na multiplicação dos preços unitários pelos quantitativos estimados para a contratação de cada item;
- 5.1.3. Ocorrendo divergência entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o valor do preço unitário, do mesmo modo que prevalecerá o valor expresso por extenso sobre o valor numérico;
- 5.2. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data da sessão pública, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, e caso o licitante se omita, presumir-se-á válida pelo prazo acima mencionado;
- 5.3. Consideram-se incluídas na proposta todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à entrega do objeto, como tributos, encargos sociais, frete, seguros, cargas e descargas até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo exclusivamente do licitante vencedor;
- 5.4. A proposta não poderá impor condições ou conter opções;
- 5.5. A administração não se responsabilizará por envelopes que não sejam entregues ao pregoeiro designado, no local, data e horário definidos neste edital;
- 5.6. Após a abertura das propostas, não será admitido cancelamento, inclusão ou exclusão de documentos, retirada da proposta ou alteração nas suas condições, ficando o licitante sujeito à suspensão ou cancelamento do seu registro, de acordo com as previsões legais, além da inclusão no cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a administração pública estadual;
- 5.7. Além das especificações contidas no termo de referência, anexo I deste edital, o produto, bem ou serviço deverá estar de acordo com as normas legais e/ou regulamentares aplicáveis ao setor, devendo sua comercialização ser lícita e regular em território nacional;
- 5.8. Falhas meramente formais poderão, após a análise, serem sanadas pelo pregoeiro, desde que não caracterizem tratamento diferenciado em relação aos demais licitantes.

6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Encerrada a etapa competitiva, a pregoeira procederá à análise da documentação constante do envelope de habilitação da licitante detentora da proposta de menor preço, para a verificação do atendimento às condições fixadas neste edital. Para a habilitação, os licitantes deverão apresentar, sob pena de inabilitação, a seguinte documentação:

6.1.1. Documentos referentes à Habilitação Jurídica, conforme o caso:

a) Para empresário individual: **Registro comercial**;

b) Para sociedades por ações: **Última ata de eleição** de seus diretores registrada na junta comercial e cópia do Estatuto arquivado na junta comercial;

c) Para Sociedades empresárias ou não empresárias: cópia do **contrato social** com a última alteração consolidada, ou com todas as alterações que envolvam a razão social, administração da empresa e dos sócios;

d) CPF e cédula de identidade do proprietário, diretores ou sócios;

e) Os documentos relacionados nas alíneas “a” a “d” deste subitem não precisarão constar no envelope de “Documentos de Habilitação” **se tiverem sido apresentados para o credenciamento deste pregão**;

6.1.2. Documentos referentes à Regularidade Fiscal e Trabalhista :

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade fiscal, tributos federais e à **Dívida Ativa da União**, inclusive contribuições previdenciárias, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria Geral da fazenda Federal **PGFN**, conforme Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014;

d) Certificado de regularidade perante o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal;

e) Certidão negativa da fazenda estadual;

f) Certidão negativa da fazenda municipal;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, conforme Lei Ordinária 12440, de 07 de julho de 2011, e Resolução Administrativa nº 1.470 de 24 de agosto de 2011 do TST.

6.1.3. Documentos referentes à Qualificação Econômico-financeira:

a) **Balanco patrimonial** constando o termo de **abertura e encerramento** e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinadas pelo contador;

b) Os documentos autenticados na junta comercial deverão vir acompanhados do termo de autenticação, para efeitos de validação;

b.1) A não apresentação do termo de autenticação não será motivo para inabilitação, desde que seja apresentado à pregoeira, durante a licitação, outro meio que possa ser conferida a veracidade dos documentos;

c) As licitantes constituídas no presente exercício, obedecidas às formalidades e exigências da lei, deverão apresentar o balanço patrimonial de abertura;

d) As empresas que permaneceram **INATIVAS** no último exercício social deverão apresentar Balanço de Abertura do presente exercício, juntamente com a Declaração Negativa de Informações de Pessoa Jurídica (DIPJ) e/ou Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica Inativa (DSPJ), instituída pela IN nº 127/1998/SRF;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019

Folha nº _____

Rubrica: _____

e) As empresas sujeitas à apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverão apresentar em documentos impressos extraídos do livro digital o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado, todos emitidos pelo Programa Validador e Autenticador (PVA) e acompanhados do respectivo recibo de entrega e Termo de Abertura e Encerramento.

f) Certidão negativa de **falência ou concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa Jurídica, consoante inciso II, do Art. 31, da Lei nº 8.666/93.

6.1.4. Declarações e documentos complementares:

a) Declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República, modelo **anexo VI** deste edital;

b) Declaração de **que os sócios da proponente não são servidores ou dirigentes** da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – CAER, ou responsável pela licitação, conforme disposto no art. 9º, da lei Federal 8.666/93. (**modelo anexo VII do edital**);

c) Declaração de que não existem **atos supervenientes** que impeçam sua habilitação e contratação neste processo licitatório, bem como de que não está sofrendo nenhuma sanção promovida por órgão ou entidade pública. (**modelo anexo VIII do edital**);

d) Declaração de **elaboração independente de proposta**, de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009 (**anexo X**).

6.2. Os documentos relacionados nos subitens 6.1.1 e 6.1.2 poderão ser substituídos pelos certificados abaixo, em vigor na data da realização do pregão, desde que expressamente indicados no referido cadastro:

a) Certificado de Registro Cadastral – CRC emitido pela Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER e/ou certificado emitido por qualquer órgão da administração pública, com exceção do SICAF;

6.3. No caso de não constar, expressamente, nos mencionados cadastros quaisquer documentos exigidos nos subitens 6.1.1 e 6.1.2 ou os mesmos estiverem com os prazos vencidos, o licitante deverá incluí-los no envelope de habilitação;

6.4. Para fins de habilitação, é facultada ao pregoeiro a verificação das informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos serem juntados ao processo;

6.4.1. No caso do licitante deixar de apresentar documentos cuja validade possa ser confirmada via internet, não será motivo para a sua inabilitação, desde que, na fase habilitatória, a verificação dos mesmos seja possível;

6.4.2. A possibilidade de consulta prevista no subitem 6.4.1 não constitui direito do licitante e a administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da diligência, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será declarado inabilitado;

6.5. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena até a data fixada para abertura do Pregão;

6.6. Os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço, inclusive para os casos de documentações de estabelecimentos matriz ou filial, exceto aqueles somente emitidos em nome da matriz;

6.7. As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição;

6.7.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal das ME e EPP, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial ocorrerá na sessão pública, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização. (**art. 43 da Lei Complementar 147/14**);

6.7.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao pregoeiro;

6.7.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos dois dias úteis inicialmente concedidos.

6.7.4. A não regularização da documentação fiscal, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis;

6.8. Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para a realização do pregão, sendo que, na hipótese de inexistir nos documentos prazo expresso de sua validade, reputar-se-ão **válidos por 90 (noventa) dias**, contados de sua expedição;

6.9. Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste título, será inabilitado e o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação da licitante seguinte, na ordem de classificação, até a seleção daquela que atenda ao edital, e cujo ofertante uma vez preenchida as condições de habilitação, será declarado vencedor;

6.10. Verificado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor;

6.11. O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis;

6.12. A CAER manterá em seu poder, por meio da Comissão Permanente de Licitações–CPL, os envelopes de habilitação dos demais licitantes, pelo prazo de 30 (trinta) dias, após a homologação da licitação, devendo as licitantes retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7. DA SESSÃO DO PREGÃO E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019
Folha nº _____
Rubrica: _____

7.1. No dia, hora e local estabelecidos neste edital, na presença dos interessados ou seus representantes legais, a pregoeira instaurará a sessão pública, destinada ao credenciamento dos representantes, ao recebimento dos envelopes de propostas de preços e de habilitação, e ainda a realização do procedimento licitatório;

7.1.1. Após o credenciamento dos participantes o pregoeiro declarará aberta a sessão e receberá dos licitantes a Declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo do anexo III, e os envelopes de proposta comercial e habilitação;

7.1.2. A apresentação da proposta vinculará o seu autor a todas as condições e obrigações inerentes ao certame;

7.1.3. Em seguida, dar-se-á início a abertura dos envelopes de propostas comerciais para classificação;

7.1.4. Declarada aberta a sessão pública, não serão credenciados novos licitantes.

7.2. Da Classificação das propostas:

7.2.1. Após abertas às propostas, estas serão analisadas verificando-se o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo;

7.2.2. Será declarada classificada, pelo pregoeiro, a proposta do licitante que ofertar o menor preço, conforme critério de julgamento indicado no preâmbulo deste edital;

7.2.3. Dentre as propostas classificadas no **exame de conformidade**, será classificada para a fase de lances verbais, a **proposta de menor preço e aquelas que tenham os valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) da menor proposta apresentada** (inc. VIII art. 4º da lei 10.520/2002);

7.2.4. Não havendo pelo menos três propostas nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três.

7.3. Dos lances verbais:

7.3.1. O pregoeiro convidará os licitantes classificados, individualmente e de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

7.3.2. Poderão ser ofertados lances intermediários, na hipótese do ofertante declarar impossibilidade de cobrir o menor preço, que ficarão registrados em ata e servirão, inclusive, para definir a ordenação das propostas, depois de concluída a etapa de lances;

7.3.3. O critério da Pregoeira poderá ser acordado entre os licitantes participantes da etapa de lances, valor de redução ou percentual mínimo entre os mesmos e tempo máximo para sua formulação;

7.3.4. Dos lances ofertados não caberá retratação;

7.3.5. Caso o sistema informatizado de realização do pregão não defina automaticamente a classificação de propostas iniciais, em caso de preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

7.3.6. A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão do licitante da continuidade da etapa de lances e a manutenção do último preço apresentado, para efeito de posterior ordenação das propostas;

7.3.7. O encerramento da etapa de lances dar-se-á quando, convocados pelo pregoeiro, todos os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances;

7.3.8. Se não forem ofertados lances verbais, será verificada a conformidade entre a melhor proposta escrita, ainda que seja a única formulada, e o valor praticado no mercado, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente;

7.3.9. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP e houver proposta apresentada por ME ou EPP **até 5% (cinco por cento)** superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº. 123 de 14.12.2006;

7.3.10. Ocorrendo a hipótese acima, proceder-se-á da forma descrita nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pregoeira implicará os critérios para desempate em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.3.11. Caso entenda necessário, o pregoeiro solicitará ao licitante a demonstração detalhada da composição de sua oferta, através de apresentação de planilha, conforme prazo estipulado na própria sessão;

7.3.12. Ocorrendo alteração do valor por lote da proposta escrita, o licitante declarado vencedor deverá reapresentar, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após encerrada a sessão pública, proposta de preços com os valores readequados.

8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8.1. O critério de julgamento será o de **MENOR VALOR GLOBAL**;

8.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, de acordo com os critérios estabelecidos neste edital, decidindo motivadamente a respeito;

8.3. A Pregoeira poderá recusar propostas cujos valores sejam acentuadamente superiores ao preço estimado;

8.4. Se houver apenas uma oferta e desde que esta atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita;

8.5. Se a proposta não for aceitável ou o licitante não atender as exigências habilitatórias, a pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação do licitante, e assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital, para o qual tenha apresentado proposta;

8.6. Sendo aceitável a oferta de **MENOR VALOR GLOBAL**, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado para confirmação das suas condições habilitatórias;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019
Folha nº _____
Rubrica: _____

- 8.7. Para efeito de julgamento serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal, caso apresentados;
- 8.8. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital;
- 8.9. A Pregoeira, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o conteúdo;
- 8.10. Apurada a melhor proposta que atenda o edital, a Pregoeira poderá negociar com o proponente para que seja obtido o melhor preço;
- 8.11. Constatando o atendimento pleno às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta;
- 8.12. Decididos os recursos ou transcorridos *in albis* o prazo para sua interposição, os envelopes de “DOCUMENTAÇÃO” e “HABILITAÇÃO” dos licitantes não vencedores serão colocados à sua disposição na sede administrativa da CAER, situada a rua Melvin Jones, 219 – Centro, nesta cidade de Boa Vista – RR, para retirada dentro do período de 15 (quinze) dias; findo tal prazo, os envelopes serão destruídos ou encaminhados sem para o endereço dos licitantes.

9. DO RECURSO

- 9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de **03 (três)** dias para apresentação das razões do recurso;
- 9.1.1. Aos licitantes que manifestarem a intenção de recorrer, será concedido o prazo de **03 (três)** dias para apresentação das razões do recurso;
- 9.1.2. Aos demais licitantes, independentemente de intimação, será concedido igual prazo para apresentação de contra razões, o qual começará a contar a partir do término do prazo concedido ao recorrente;
- 9.2. O encaminhamento das razões e eventuais contra razões deverá ser feito por escrito e protocolizado na sala da Comissão Permanente de Licitações - CPL, das 07h30min às 13h30min, na Rua Melvin Jones nº 219, Bairro São Pedro – Boa Vista/RR;
- 9.3. O licitante poderá apresentar as razões do recurso na própria sessão do pregão, as quais serão reduzidas a termo pelo pregoeiro na respectiva ata;
- 9.4. Após o término da sessão será assegurada vista imediata dos autos a todos os licitantes;
- 9.5. Os recursos serão dirigidos ao pregoeiro, que reconsiderando ou não a sua decisão, os encaminhará devidamente informados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ao presidente da CAER;
- 9.6. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, quanto ao resultado do certame, importará a decadência do direito de interposição de recurso;
- 9.7. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 9.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o presidente da CAER homologará o resultado da licitação.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 10.1. Inexistindo manifestação recursal, a pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório;
- 10.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatados a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente da CAER adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório;
- 10.3. Será lavrada ata circunstanciada da sessão pública do pregão com o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, dos preços ofertados, da análise dos documentos de habilitação e dos recursos interpostos além de outros registros pertinentes.

11. DAS ALTERAÇÕES DOS PREÇOS

- 11.1. Os preços registrados se manterão fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes;
- 11.2. Os valores revisados serão publicados no Diário Oficial do Estado.

12. DA CONTRATAÇÃO

- 12.1. A administração pública, em regra, escolherá o instrumento contratual mais hábil para contratação. excepcionalmente, a contratação efetivar-se-á por meio da Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços - AFOS, conforme faculta o § 4º do art. 62 da Lei Federal nº. 8666/93, e suas condições gerais serão as constantes do presente edital;
- 12.2. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº. 8.666 de 21.06.1993;
- 12.3. As contratações decorrentes deste instrumento observarão a ordem de classificação e a capacidade de abastecimento dos fornecedores;
- 12.4. Se a empresa declarada vencedora não assinar a autorização de serviço no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação pela CAER, caducará o seu direito à contratação;
- 12.5. Ocorrendo a hipótese prevista no item 12.4, poderão ser convocadas as licitantes remanescentes para exame das ofertas subsequentes, observada a ordem de classificação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos da proposta registrada;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019
Folha nº _____
Rubrica: _____

12.6. A CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, caucionar ou utilizar o instrumento firmado com a CAER para qualquer operação financeira;

12.7. A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.8. A contratação decorrente desta licitação poderá ser rescindida, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que a CONTRATADA, por isso, tenha direito a qualquer reclamação ou indenização, salvo o executado até o momento da rescisão;

12.9. A rescisão contratual provocada pela inadimplência da CONTRATADA acarretará aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

13. DO PAGAMENTO

13.1. Conforme descrito no termo de referência, anexo I do edital.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Conforme especificações contidas no Termo de Referência, anexo I do Edital.

15. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

15.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos providências ou impugnar o presente instrumento convocatório, protocolando o pedido em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas;

15.2. A apresentação da impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e prazos previstos no regulamento da licitação na modalidade de pregão, devendo ser encaminhado à pregoeira, na de administrativa da CAER, na Av. Melvin Jones, 219 – São Pedro.

15.2. No prazo legal, a CPL decidirá sobre a impugnação;

15.3. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados à CPL. Quaisquer outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (95) 2121.2212.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O Termo de referência e seus anexos farão parte integrante do processo licitatório, em qualquer modalidade eleita, independentemente de transcrição;

16.2. É facultada a CPL/CAER ou autoridade superior, em qualquer fase do processo licitatório, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

16.3. Fica assegurada a Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – CAER, o direito de no interesse da administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o processo licitatório, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente;

16.4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo licitatório;

16.5. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CPL/CAER;

16.6. Qualquer pedido de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas na interpretação do termo de referência deverá ser encaminhado à CPL/CAER, por escrito, até 02 (dois) dias úteis antes do prazo estipulado para início do certame licitatório;

16.7. São partes integrantes e inseparáveis do presente edital:

- Anexo I – Termo de referência;

- Anexo II – (modelo) Credenciamento;

- Anexo III – (modelo) Declaração de atendimento às condições de habilitação;

- Anexo IV – (modelo) Declaração de pleno conhecimento e aceitação dos termos do edital e seus anexos;

- Anexo V – (modelo) Proposta comercial;

- Anexo VI – (modelo) Declaração de menor empregado;

- Anexo VII – (modelo) Declaração de que os sócios da proponente não são servidores ou dirigentes da CAER;

- Anexo VIII – (modelo) Declaração de fato superveniente;

- Anexo IX – (modelo) Declaração de microempresa e/ou empresa de pequeno porte;

- Anexo X – (modelo) Declaração de elaboração independente de proposta;

- Anexo XI – Minuta de contrato.

16.8. Cópia deste edital desta licitação estarão à disposição dos interessados na Rua Melvin Jones, 219, São Pedro, Boa Vista – RR;

16.9. Fica eleito o foro da Comarca de Boa Vista, estado de Roraima, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Boa Vista, 06 de fevereiro de 2019.

Enilda Nunes Aragão
Pregoeira Substituta/CPL-CAER



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019
Folha nº _____
Rubrica: _____

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019
ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de serviço de auditoria externa para o diagnóstico, mapeamento, proposição de melhorias, orientação de prática e implantação de novos processos administrativos, em observância a NBC TSC 4400 – Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados, para a Gerência de Pessoas da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER, visando prioritariamente nortear todos os processos referentes, de forma a configurar um novo Modelo de Gestão compreendendo as áreas de pessoal, trabalhista e previdenciária, com o objetivo de:

- Verificar se os procedimentos adotados estão adequados;
- Verificar se os procedimentos estão em conformidade com a legislação e pertinente a demais normas vigentes;
- Identificar procedimentos que possam se traduzir em riscos potenciais para a CAER, culminando futuramente em possíveis desembolsos, sugerindo medidas a eliminar os riscos administrativos e financeiros;
- Analisar o ambiente de informação relacionado aos setores;
- Identificar a oportunidades de redução de custos dentro dos setores.

2. JUSTIFICATIVA

A relevância da contratação desse objeto está alicerçada, na necessidade de analisar a eficácia das políticas e práticas utilizadas pela Gerência de Pessoas da CAER, pressupondo estabelecer a ética organizacional com técnicas especializadas para a construção de uma política estratégica de gestão de pessoas, alinhada com as peculiaridades desta Companhia, e que possibilite dinamizar suas práticas, gerando perspectivas de um melhor direcionamento por parte dos gestores, e conseqüentemente agregar valores no fortalecimento institucional no que diz respeito às ferramentas, mecanismos e metodologia utilizada.

Consideramos ainda, como justificativa para contratação do objeto em questão, a estruturação que servirá de suporte para nortear todas as atividades e competências de responsabilidade da Gerência de Pessoas as quais são desenvolvidas através de suas Divisões de Administração de Pessoas-DPS e Desenvolvimento de Pessoas-DDP.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 DAS ETAPAS: Os trabalhos de auditoria serão desenvolvidos, conforme as seguintes etapas:

- 3.1.1.** Planejamento dos trabalhos, visando aspectos gerenciais e estratégias dos serviços a serem desenvolvidos;
- 3.1.2.** Levantamento e avaliação dos controles internos;
- 3.1.3.** Exames da Estrutura Organizacional e Políticas Internas de Gestão de Folha de Pagamento e aderência aos processos praticados, bem como a legislação aplicável;
- 3.1.4.** Identificação das operações e seus fatos geradores;
- 3.1.5.** Análise e revisão de documentos que respaldam as transações.

3.2. DOS PROCEDIMENTOS: Os exames serão realizados em observância a estrutura e metodologia de trabalho de auditoria, considerando os procedimentos abaixo:

- 3.2.1.** Análise da documentação comprobatória na pasta pessoal de aproximadamente 800 colaboradores do ano de 2018;
- 3.2.2.** Análise dos itens da folha de pagamento, incluindo folha mensal, folha de décimo terceiro, folha complementar, e folha de remuneração;
- 3.2.3.** Análise do atendimento aos aspectos legais de contratação, cessão de servidores, etc.;
- 3.2.4.** Análise de enquadramento de assessores;
- 3.2.5.** Adequação de cargos versus salários na folha de pagamento;
- 3.2.6.** Verificar a adequação do pagamento de salários de devolução e diferença de salário;
- 3.2.7.** Análise dos dados do cadastro de empregados ativos (incluindo dados bancários), confrontando com a documentação na pasta funcional;
- 3.2.8.** Verifique a integridade da base de dados, se somente empregados ativos estão cadastrados na folha;
- 3.2.9.** Análise do registro de frequência dos empregados, pagamento de horas extras ou compensação;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019

Folha nº _____

Rubrica: _____

- 3.2.10. Confronte todo o processo de folha de pagamento, frequência, admissão, demissão e PIC, se estão conforme os aspectos legais;
- 3.2.11. Verifique os pagamentos individualizados dos empregados através do confronto de informação da folha versus os desembolsos juntos aos Bancos;
- 3.2.12. Análise do nível de segurança, controle, e de confiabilidade do processo de folha de pagamento;
- 3.2.13. Identificação do nível de compatibilidade dos perfis de acesso aos sistemas de folha de pagamento em confronto com cargo e atividade exercida;
- 3.2.14. Análise das férias, licenças e afastamento.

3.3 DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 3.3.1 Os trabalhos serão executados nas instalações da contratante, ou em local adequado a sua realização, nos horários e locais a serem combinados entre as partes e autorizados;
- 3.3.2. As visitas em locais diferentes da sede definida para os trabalhos serão programadas antecipadamente com a participação das partes envolvidas;
- 3.3.3. Análises, retrospectiva financeira, entendimento das operações e principais pontos críticos, objetivando obter base para projeção de cenários operacionais;
- 3.3.4. Reuniões iniciais com pessoal chave das diversas áreas da contratante para levantamento dos dados contábeis, financeiros, gerenciais e operacionais necessários;
- 3.3.5. Entendimento das atividades operacionais e identificação dos principais direcionadores de valor;
- 3.3.6. Discursão sobre cenários operacionais e de projeção;
- 3.3.7. Discussões com a administração sobre os resultados das análises preliminares durante o andamento dos trabalhos;
- 3.3.8. Discussão e análise dos resultados finais obtidos apresentados em relatório em forma de minuta.
- 3.3.9. Caso necessário, outros cenários são estudados em conformidade com os resultados das discursões com a alta administração se aplicável.
- 3.3.10. Preparação e entrega do relatório preliminar;
- 3.3.11. Após aprovação, revisão e entrega do relatório final.

4. DO PRAZO EXECUÇÃO DO SEVIÇO E DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 4.1. Estima-se um prazo para a execução dos serviços de até 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da documentação que for solicitada, podendo ser alterado por conveniência da CAER, ou por motivos de força maior.
- 4.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contando a partir da data de sua assinatura, ressalvada a possibilidade de prorrogação, de acordo com o art. 57, inciso II da lei 8.666/93.

5. ESTIMATIVA DE CUSTOS

- 5.1. O valor médio estimado é de **R\$ 42.850,00 (quarenta e dois mil oitocentos e cinquenta reais)**;
- 5.2. O valor dos serviços especificados foi estimado levando em consideração uma cotação de preços inicial realizada pela Divisão de Compras - DCOMP, para identificar os possíveis valores da contratação;
- 5.3. Os valores acima já incluem todos os custos e despesas, diretas e indiretas, relacionadas com a execução dos serviços, especialmente as de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, de administração e lucro, incluindo passagem, transporte, hospedagem e alimentação.
- 5.4. As despesas serão atendidas através do orçamento da CAER, na seguinte classificação: Programa: **43030.17122.010.001.000/304.001**

6. DO PAGAMENTO E SUAS CONDIÇÕES

- 6.1. O pagamento será efetuado em 02 (duas) parcelas iguais, sendo uma no início da execução dos serviços, e a outra parcela após a entrega do relatório final;
- 6.2. Para que seja efetuado o pagamento, a contratada deverá, ainda, apresentar junto a Nota Fiscal de Serviços:
 - a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - b) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede;
 - c) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
 - d) Regularidade Trabalhista, constatada através de consulta ao site da Justiça do Trabalho (TST);



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019

Folha nº _____

Rubrica: _____

e) Certidão Negativa de Falência e Concordata;

6.3. O pagamento ocorrerá através de ordem Bancária a ser creditado em conta bancária indicada pela **CONTRATADA**, em até 30 (trinta) dias após o recebimento e atesto da Nota Fiscal que deverão ser entregues ao fiscal do contrato para análise e atesto,

7. DAS OBRIGAÇÕES

7.1. DA CONTRATANTE,

A CAER deverá permitir o acesso da empresa CONTRATADA a todas as áreas da Companhia e a todos os relatórios e documentos solicitados para a devida aplicação da metodologia proposta neste Termo de Referência. Assim, as fontes de consulta serão obtidas diante:

7.1.1. As normas e procedimentos adotados na empresa;

7.1.2. As informações sobre o funcionamento dos setores envolvidos com os processos;

7.1.3. E outros dados e informações a serem obtidos em outras áreas da CAER;

7.1.4. Fornecer à Contratada as informações necessárias quanto aos procedimentos, normas, padrões e especificações necessárias à correta execução dos serviços;

7.1.5. Esclarecer toda e qualquer dúvida com referência à execução dos serviços;

7.1.6. Comunicar à Contratada, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas para os devidos ajustes, qualquer alteração efetuada nas normas internas de procedimentos para execução dos serviços;

7.1.7. Intervir junto a outros órgãos, a fim de agilizar a execução dos serviços quando for necessário;

7.1.8. Realizar o pagamento mediante crédito em conta corrente a ser informada pela empresa vencedora.

7.2. DO CONTRATADO,

7.2.1. Executar o objeto do presente contrato, dentro do melhor padrão de qualidade, de forma que os serviços a serem executados mantenham todas as especificações técnicas e qualidade exigidas, cumprindo todas as especificações, estabelecidas no Termo de Referência;

7.2.2. Cumprir todas as etapas previstas no plano de trabalho apresentado e aprovado;

7.2.3. Realizar todos os serviços solicitados e outros pertinentes, mas necessários ao atendimento do objeto da licitação, de acordo com o cronograma previsto no plano de trabalho apresentado e aprovado;

7.2.4. Atender prontamente as instruções expedidas pela CONTRATANTE para a execução dos serviços, especialmente no que diz respeito à metodologia a ser adotada, matéria escolhida e às demais questões administrativas que forem suscitadas;

7.2.5. A CONTRATADA deverá manter estrito sigilo, a qualquer tempo, sobre todas as informações confidenciais, se obrigando, por si e seus funcionários e/ou prepostos, a não utilizar e/ou divulgar a terceiros, os resultados dos respectivos exames, relatórios e afins, utilizando-os apenas com o único propósito de executar os serviços contratados;

7.2.6. São confidenciais, dentre outros, os documentos e relatórios relativos aos serviços discriminados neste Termo de Referência, assim como as análises, compilações, estudos preparados pela CONTRATADA ou seus colaboradores em função das execuções dos trabalhos descritos nesse Termo de Referência;

7.2.7. A CONTRATADA deverá tratar de forma reservada os dados e informações obtidas durante a execução dos trabalhos, assim como, obriga-se a entregar a CONTRATANTE na forma impressa e em meio magnético, sem a proteção de senha ou qualquer meio que restrinja o acesso de dados, textos, valores, formulas ou códigos de programação neles contidos, toda documentação/produtos elaborados ao longo da execução dos serviços;

7.2.8. Sujeitar-se a mais ampla e restrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo as reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações do mesmo, visando fiel desempenho do serviço;

7.2.9. A CONTRATADA deverá participar, quando convocada antecipadamente, das reuniões com a Diretoria, para prestar esclarecimentos que se fizerem necessários.

8. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. Qualquer alteração de forma, qualidade ou quantidade (supressão ou acréscimo), bem como prorrogação de prazo do serviço contratado, poderá ser determinada pela CONTRATANTE, através de aditamento, com amparo no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, vedada a modificação do objeto do contrato;

8.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato,



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019
Folha nº _____
Rubrica: _____

em observância ao art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, sendo que as supressões acima do percentual citado serão realizadas mediante acordo entre as partes;

8.3. As eventuais alterações/modificações do serviço de cada etapa do projeto deverão ser realizadas, em conformidade às exigências da CONTRATANTE, em tempo hábil, proporcional ao montante da alteração, sendo entregues e submetidas aos procedimentos de entrega e avaliação;

8.4. As alterações/modificações de projeto que forem necessárias por erros ou omissões da CONTRATADA no desenvolvimento das soluções e especificações não implicarão a qualquer tempo em ônus à CONTRATANTE;

8.5. As alterações/modificações de projeto correspondentes ao Item 8.4 cujas necessidades forem identificadas posteriormente à última entrega deverão ser completamente executadas pela CONTRATADA no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

9. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

9.1. Apresentação de toda habilitação jurídica da empresa e de seus representantes, certidão de regularidade da empresa e seus membros da equipe técnica;

9.2. Comprovante de inscrição ou registro da empresa junto ao Conselho Regional de Contabilidade CRC;

9.3. Comprovante de inscrição ou registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC de cada membro integrante da equipe técnica que irá atuar nos trabalhos;

9.4. Declaração da empresa, devidamente firmada por seu representante legal, indicando os membros da equipe técnica para a prestação dos serviços ora licitados, preferencialmente acompanhada do currículo de cada um, contendo: formação superior; cargo ou categoria que desempenhará nos trabalhos, experiência profissional, área de especialização;

9.5. Declaração da empresa, devidamente firmada por seu representante legal, de que recebeu toda a documentação pertinente e de que teve conhecimento de todas as informações e das condições da prestação de serviços, necessárias à formulação das propostas.

9.6. A empresa deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. A parcela de maior relevância do objeto é a prestação de serviços de auditoria contábil. Somente serão aceitos atestados em nome do profissional listado pela empresa como membro da equipe técnica. Os profissionais indicados pelo licitante vencedor do certame deverão estar disponíveis para participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por outros de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela fiscalização. Caberá à fiscalização do contrato, a seu exclusivo critério, a indicação do membro da equipe técnica que participará das reuniões do Conselho Fiscal;

9.7. Outros documentos exigidos pela Comissão Permanente de Licitação em conformidade com dos artigos 27 a 33 da Lei nº. 8.666/93 a Lei nº 8.666/93.

10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização da prestação dos serviços ficará sobre a responsabilidade de colaborador lotado na Gerência de Pessoas – GEP, devidamente nomeado através de Portaria, que realizará o acompanhamento e controle dos serviços prestados a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência ao CONTRATADO conforme art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

10.2. Esta fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, não implicando, corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos conforme art. 70 da Lei ° 8666/93.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Aplicam-se, no que couberem, as disposições constantes da Lei nº 8.078/90 Código Defesa Consumidor;

11.2. O contrato poderá ser rescindido, por mútuo interesse entre as partes, após ser atendido à conveniência do CONTRATANTE, recebendo o CONTRATADO o valor correspondente ao objeto do serviço;

11.3. O Contrato deverá ser publicado, por meio de extrato no Diário Oficial do Estado, nos termos do parágrafo único do art.61, da Lei n.º 8.666/93;

11.4. É vedada a subcontratação, cedência ou transferência da execução do objeto, no todo ou em parte, a terceiro, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE, sob pena de rescisão.

12. DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO Termo de Referência



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019

Folha nº _____

Rubrica: _____

12.1. Este Termo de Referência foi elaborado pelo servidor abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais e profissionais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis. Os casos omissos ou dúvidas que surgirem, quanto ao fornecimento do objeto, serão resolvidos pela GERÊNCIA DE PESSOAS - GEP.

Boa Vista-RR, 14 de novembro de 2019.

Ygor Bantim M. Ferreira

Gerente de Pessoas – GEP

Aprovo, nos termos do Art. 7º, inciso II, do Decreto nº 8.666/93.

THIAGO FERNANDES AMORIM

Diretor Administrativo e Financeiro - DAF



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019
Folha n° _____
Rubrica: _____

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019
ANEXO II – (MODELO) CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento, credenciamos o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade n.º e CPF n.º, como representante da empresa....., CNPJ n.º, para participar das reuniões relativas ao processo licitatório acima referenciado, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso..

..... de de 2020.

Assinatura do responsável pela empresa
Nome do responsável pela empresa
(Com firma reconhecida em cartório)

Obs.: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019
Folha nº _____
Rubrica: _____

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019
ANEXO III – (MODELO) DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

_____ (nome da empresa) _____, inscrito n CNPJ n. _____
sediada _____ (endereço completo) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)
_____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº
_____, declara, sob as penas da lei, que **cumpr** plenamente os requisitos de habilitação do
processo licitatório em epígrafe, em atenção ao art.4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002.

....., de de 2020.

Assinatura do responsável pela empresa
Nome do responsável pela empresa

Obs: Identificar o signatário e utilizar carimbo padronizado da empresa, ou papel timbrado contendo todos os dados da empresa.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019
Folha n° _____
Rubrica: _____

PREGÃO PRESENCIAL N° 54/2019
ANEXO IV – (MODELO) DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DOS
TERMOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS

A empresa _____ (razão social) _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____
sediada _____ (endereço completo) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)
_____, portador da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n°
_____, declara para os devidos fins, que tem total conhecimento do Edital e seus anexos, bem
como, todas as informações e condições necessárias para o cumprimento das obrigações objeto deste Pregão
Presencial n° 54/2020 e que está de pleno acordo com o mesmo.

E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

..... de de 2020.

Assinatura do responsável pela empresa
Nome do responsável pela empresa



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019
Folha nº _____
Rubrica: _____

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019
ANEXO V – (MODELO) PROPOSTA COMERCIAL

Objeto: Contratação de serviço de auditoria externa para o diagnóstico, mapeamento, proposição de melhorias, orientação de prática e implantação de novos processos administrativos, em observância a NBC TSC 4400 – Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados, para a Gerência de Pessoas da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER, visando prioritariamente nortear todos os processos referentes, de forma a configurar um novo Modelo de Gestão compreendendo as áreas de pessoal, trabalhista e previdenciária.

Razão Social:				
CNPJ:				
Endereço:	Nº	Bairro:	Cidade:	CEP:
Telefone:	Fax:		E-mail:	
Banco:	Nome e nº da agência:			Conta Bancária:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	ESPECIFICAR DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I DO EDITAL)				

- Nos preços estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais.

Local, ____ de ____ de 2020.

Assinatura do responsável pela empresa
Nome do responsável pela empresa



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019

Folha nº _____

Rubrica: _____

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019
ANEXO VI – (MODELO) DECLARAÇÃO DE MENOR EMPREGADO

(Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal)

Ref.: Licitação nº. ____/2019

(nome da empresa), CPF/CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a). (nome do representante), portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do responsável pela empresa
Nome do responsável pela empresa



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019

Folha nº _____

Rubrica: _____

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019
ANEXO VII – (MODELO) DE DECLARAÇÃO QUE OS SÓCIOS NÃO FAZEM PARTE DO QUADRO DA CAER

Declaro sob as penas da Lei que a empresa _____, CNPJ nº _____, na qualidade de proponente do procedimento licitatório supracitado, não possui em seu quadro societário, servidores ou dirigentes da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – CAER, ou responsável pela licitação, conforme disposto no art. 9º, da lei Federal 8.666/93.

Responsável pela empresa
CPF/RG

Local e data.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019
Folha nº _____
Rubrica: _____

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019
ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

DECLARAÇÃO

_____ (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada em _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra assinado, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório: **Pregão Presencial nº 54/2019**, estando ciente da obrigatoriedade de declara ocorrências posteriores.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, _____, de _____ de 2020.

Representante Legal
Assinatura/Nome/RG



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019
Folha nº _____
Rubrica: _____

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019
ANEXO IX – (MODELO) DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF _____, DECLARA, para fins legais, ser microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos da Lei complementar nº 123/06.

- () Microempresa ou
() Empresa de Pequeno Porte

Obs: assinalar a opção acima.

_____, de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL

Obs:

a) Identificar o signatário e utilizar carimbo padronizado da empresa ou papel timbrado contendo todos os dados da empresa;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019
Folha nº _____
Rubrica: _____

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019
ANEXO X – (MODELO) DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

_____ (razão social da empresa) _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº _____, por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, em conformidade com o disposto no Edital de **Pregão Presencial nº 54/2019**, sob as penas da Lei, em especial o artigo nº 299 do Código Penal Brasileiro, especificamente para participação no certame em epígrafe, que:

- a) A proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada foi elaborada de maneira independente por esta licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação acima mencionada não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da CAER antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

Assinatura e carimbo do representante legal

CPF nº _____
RG nº _____



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019
Folha nº _____
Rubrica: _____

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019
ANEXO XI - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2020.

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER, E A EMPRESA _____ **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE AUDITORIA EXTERNA PARA O DIAGNÓSTICO, MAPEAMENTO, PROPOSIÇÃO DE MELHORIAS, ORIENTAÇÃO DE PRÁTICA E IMPLANTAÇÃO DE NOVOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM OBSERVÂNCIA A NBC TSC 4400 - TRABALHOS DE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS, PARA A GERÊNCIA DE PESSOA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER, VISANDO PRIORITARIAMENTE NORTEAR TODOS OS PROCESSOS REFERENTES, DE FORMA A CONFIGURAR UM NOVO MODELO DE GESTÃO COMPREENDENDO AS ÁREAS DE PESSOAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIAS. (PROCESSO Nº 332/2019)**

A COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.939.467/0001-15, com sede na Rua Melvin Jones, nº 219 – São Pedro, nesta cidade, doravante designado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente **JAMES DA SILVA SERRADOR**, RG nº 89.261 SSP-RR, CPF nº 376.027.482-04, em conjunto com a Senhor Diretor Administrativo e Financeiro - DAF, Sr. **THIAGO FERNANDES AMORIM**, RG nº XXXXX SSP-RR, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, e do outro lado a empresa, _____, inscrita no CNPJ n. _____, com sede na Rua _____, na cidade de _____, doravante denominada CONTRATADA, aqui representada pelo sr, _____, RG nº _____, CPF _____, firmam entre si e de comum acordo o presente contrato, cuja celebração foi autorizada nos autos do processo nº _____, e que se regerá pela **Lei 10.520**, de 17 de julho de 2002, **Decreto nº 4.794-E**, de 03 de junho de 2002, **Decreto nº 5.504**, de 05 de agosto de 2005, e de forma subsidiária a disciplina da **Lei Federal nº 8.666**, de 21 de junho de 1993, e alterações, **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006, pelos termos da proposta vencedora, e atendidas às cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. Contratação de serviço de auditoria externa para o diagnóstico, mapeamento, proposição de melhorias, orientação de prática e implantação de novos processos administrativos, em observância a NBC TSC 4400 – Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados, para a Gerência de Pessoas da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER, visando prioritariamente nortear todos os processos referentes, de forma a configurar um novo Modelo de Gestão compreendendo as áreas de pessoal, trabalhista e previdenciárias.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO:

2.1. Constituem parte integrante deste contrato, estando a eles vinculados, como se neste estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

- a) Edital Pregão 54/2019 - CAER;
- b) Termo de Referência;
- c) Proposta de Preços da CONTRATADA.

2.2. Os documentos referidos na presente cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR:

3.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela aquisição dos serviços, conforme especificado na proposta de preços, de total responsabilidade da CONTRATADA, o valor de R\$ _____.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019
Folha nº _____
Rubrica: _____

4.1. As despesas serão atendidas através do orçamento da CAER, na seguinte classificação: Programa: **43030.17122.010.001.000/304.001**

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E DE VIGÊNCIA CONTRATUAL:

5.1. Estima-se um prazo para a execução dos serviços de até 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da documentação que for solicitada, podendo ser alterado por conveniência da CAER, ou por motivos de força maior.

5.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contando a partir da data de sua assinatura, ressalvada a possibilidade de prorrogação, de acordo com o art. 57, inciso II da lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1. DAS ETAPAS: Os trabalhos de auditoria serão desenvolvidos, conforme as seguintes etapas:

6.1.1. Planejamento dos trabalhos, visando aspectos gerenciais e estratégias dos serviços a serem desenvolvidos;

6.1.2. Levantamento e avaliação dos controles internos;

6.1.3. Exames da Estrutura Organizacional e Políticas Internas de Gestão de Folha de Pagamento e aderência aos processos praticados, bem como a legislação aplicável;

6.1.4. Identificação das operações e seus fatos geradores;

6.1.5. Análise e revisão de documentos que respaldam as transações.

6.2. DOS PROCEDIMENTOS: Os exames serão realizados em observância a estrutura e metodologia de trabalho de auditoria, considerando os procedimentos abaixo:

6.2.1. Análise da documentação comprobatória na pasta pessoal de aproximadamente 800 colaboradores do ano de 2018;

6.2.2. Análise dos itens da folha de pagamento, incluindo folha mensal, folha de décimo terceiro, folha complementar, e folha de remuneração;

6.2.3. Análise do atendimento aos aspectos legais de contratação, cessão de servidores, etc.;

6.2.4. Análise de enquadramento de assessores;

6.2.5. Adequação de cargos versus salários na folha de pagamento;

6.2.6. Verificar a adequação do pagamento de salários de devolução e diferença de salário;

6.2.7. Análise dos dados do cadastro de empregados ativos (incluindo dados bancários), confrontando com a documentação na pasta funcional;

6.2.8. Verifique a integridade da base de dados, se somente empregados ativos estão cadastrados na folha;

6.2.9. Análise do registro de frequência dos empregados, pagamento de horas extras ou compensação;

6.2.10. Confronte todo o processo de folha de pagamento, frequência, admissão, demissão e PIC, se estão conforme os aspectos legais;

6.2.11. Verifique os pagamentos individualizados dos empregados através do confronto de informação da folha versus os desembolsos juntos aos Bancos;

6.2.12. Análise do nível de segurança, controle, e de confiabilidade do processo de folha de pagamento;

6.2.13. Identificação do nível de compatibilidade dos perfis de acesso aos sistemas de folha de pagamento em confronto com cargo e atividade exercida;

6.2.14. Análise das férias, licenças e afastamento.

6.3. DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.3.1. Os trabalhos serão executados nas instalações da contratante, ou em local adequado a sua realização, nos horários e locais a serem combinados entre as partes e autorizados;

6.3.2. As visitas em locais diferentes da sede definida para os trabalhos serão programadas antecipadamente com a participação das partes envolvidas;

6.3.3. Análises, retrospectiva financeira, entendimento das operações e principais pontos críticos, objetivando obter base para projeção de cenários operacionais;

6.3.4. Reuniões iniciais com pessoal chave das diversas áreas da contratante para levantamento dos dados contábeis, financeiros, gerenciais e operacionais necessários;

6.3.5. Entendimento das atividades operacionais e identificação dos principais direcionadores de valor;

6.3.6. Discursão sobre cenários operacionais e de projeção;

6.3.7. Discussões com a administração sobre os resultados das análises preliminares durante o andamento dos trabalhos;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019

Folha nº _____

Rubrica: _____

- 6.3.8. Discussão e análise dos resultados finais obtidos apresentados em relatório em forma de minuta.
6.3.9. Caso necessário, outros cenários são estudados em conformidade com os resultados das discussões com a alta administração se aplicável.
6.3.10. Preparação e entrega do relatório preliminar;
6.3.11. Após aprovação, revisão e entrega do relatório final.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO E SUAS CONDIÇÕES:

- 7.1. O pagamento será efetuado em 02 (duas) parcelas iguais, sendo uma no início da execução dos serviços, e a outra parcela após a entrega do relatório final;
7.2. Para que seja efetuado o pagamento, a contratada deverá, ainda, apresentar junto a Nota Fiscal de Serviços:
a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede;
c) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
d) Regularidade Trabalhista, constatada através de consulta ao site da Justiça do Trabalho (TST);
e) Certidão Negativa de Falência e Concordata;
7.3. O pagamento ocorrerá através de ordem Bancária a ser creditado em conta bancária indicada pela CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias após o recebimento e atesto da Nota Fiscal que deverão ser entregues ao fiscal do contrato para análise e atesto,

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. DA CONTRATANTE,

A CAER deverá permitir o acesso da empresa CONTRATADA a todas as áreas da Companhia e a todos os relatórios e documentos solicitados para a devida aplicação da metodologia proposta neste instrumento. Assim, as fontes de consulta serão obtidas diante:

- 8.1.1. As normas e procedimentos adotados na empresa;
8.1.2. As informações sobre o funcionamento dos setores envolvidos com os processos;
8.1.3. E outros dados e informações a serem obtidos em outras áreas da CAER;
8.1.4. Fornecer à Contratada as informações necessárias quanto aos procedimentos, normas, padrões e especificações necessárias à correta execução dos serviços;
8.1.5. Esclarecer toda e qualquer dúvida com referência à execução dos serviços;
8.1.6. Comunicar à Contratada, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas para os devidos ajustes, qualquer alteração efetuada nas normas internas de procedimentos para execução dos serviços;
8.1.7. Intervir junto a outros órgãos, a fim de agilizar a execução dos serviços quando for necessário;
8.1.8. Realizar o pagamento mediante crédito em conta corrente a ser informada pela empresa vencedora.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.2. DO CONTRATADO,

- 9.2.1. Executar o objeto do presente contrato, dentro do melhor padrão de qualidade, de forma que os serviços a serem executados mantenham todas as especificações técnicas e qualidade exigidas, cumprindo todas as especificações, estabelecidas no Termo de Referência;
9.2.2. Cumprir todas as etapas previstas no plano de trabalho apresentado e aprovado;
9.2.3. Realizar todos os serviços solicitados e outros pertinentes, mas necessários ao atendimento do objeto da licitação, de acordo com o cronograma previsto no plano de trabalho apresentado e aprovado;
9.2.4. Atender prontamente as instruções expedidas pela CONTRATANTE para a execução dos serviços, especialmente no que diz respeito à metodologia a ser adotada, matéria escolhida e às demais questões administrativas que forem suscitadas;
9.2.5. A CONTRATADA deverá manter estrito sigilo, a qualquer tempo, sobre todas as informações confidenciais, se obrigando, por si e seus funcionários e/ou prepostos, a não utilizar e/ou divulgar a terceiros, os resultados dos respectivos exames, relatórios e afins, utilizando-os apenas com o único propósito de executar os serviços contratados;
9.2.6. São confidenciais, dentre outros, os documentos e relatórios relativos aos serviços discriminados no Termo de Referência, assim como as análises, compilações, estudos preparados pela CONTRATADA ou seus colaboradores em função das execuções dos trabalhos descritos nesse instrumento;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019
Folha nº _____
Rubrica: _____

9.2.7. A CONTRATADA deverá tratar de forma reservada os dados e informações obtidas durante a execução dos trabalhos, assim como, obriga-se a entregar a CONTRATANTE na forma impressa e em meio magnético, sem a proteção de senha ou qualquer meio que restrinja o acesso de dados, textos, valores, formulas ou códigos de programação neles contidos, toda documentação/produtos elaborados ao longo da execução dos serviços;

9.2.8. Sujeitar-se a mais ampla e restrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo as reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações do mesmo, visando fiel desempenho do serviço;

9.2.9. A CONTRATADA deverá participar, quando convocada antecipadamente, das reuniões com a Diretoria, para prestar esclarecimentos que se fizerem necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

10.1. Qualquer alteração de forma, qualidade ou quantidade (supressão ou acréscimo), bem como prorrogação de prazo do serviço contratado, poderá ser determinada pela CONTRATANTE, através de aditamento, com amparo no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, vedada a modificação do objeto do contrato;

10.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em observância ao art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, sendo que as supressões acima do percentual citado serão realizadas mediante acordo entre as partes;

10.3. As eventuais alterações/modificações do serviço de cada etapa do projeto deverão ser realizadas, em conformidade às exigências da CONTRATANTE, em tempo hábil, proporcional ao montante da alteração, sendo entregues e submetidas aos procedimentos de entrega e avaliação;

10.4. As alterações/modificações de projeto que forem necessárias por erros ou omissões da CONTRATADA no desenvolvimento das soluções e especificações não implicarão a qualquer tempo em ônus à CONTRATANTE;

10.5. As alterações/modificações de projeto correspondentes ao Item 8.4 cujas necessidades forem identificadas posteriormente à última entrega deverão ser completamente executadas pela CONTRATADA no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO:

11.1. A fiscalização da prestação dos serviços ficará sobre a responsabilidade de colaborador lotado na Gerência de Pessoas – GEP, devidamente nomeado através de Portaria, que realizará o acompanhamento e controle dos serviços prestados a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência ao CONTRATADO conforme art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

11.2. Esta fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, não implicando, corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos conforme art. 70 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Aplicam-se, no que couberem, as disposições constantes da Lei nº 8.078/90 Código Defesa Consumidor;

12.2. O contrato poderá ser rescindido, por mútuo interesse entre as partes, após ser atendido à conveniência do CONTRATANTE, recebendo o CONTRATADO o valor correspondente ao objeto do serviço;

12.3. O Contrato deverá ser publicado, por meio de extrato no Diário Oficial do Estado, nos termos do parágrafo único do art.61, da Lei n.º 8.666/93;

12.4. É vedada a subcontratação, cedência ou transferência da execução do objeto, no todo ou em parte, a terceiro, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE, sob pena de rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

13.1. A execução do presente contrato obedecerá às disposições da Lei 8.666/93, sendo que todas as dúvidas decorrentes da execução contratual serão dirimidas preservando-se os direitos da CONTRATADA, sem prejuízo do interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. A Rescisão contratual será regida conforme artigo 78 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
AMAZÔNIA: Patrimônio dos Brasileiros
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo: 332/2019
Folha nº _____
Rubrica: _____

15.1. Os acréscimos ou supressões que fizerem necessários, não ultrapassarão o montante de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato como dispõe o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato, por extrato, no Diário Oficial do Estado – DOE/RR, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo máximo de vinte dias, daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Boa Vista-RR como único competente para dirimir quaisquer pendências decorrentes do presente instrumento, renunciando a qualquer outro mais privilegiado que seja.

Para firmeza e como prova de haverem entre si, justos e avençados, é lavrado o presente contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, assinadas pelos representantes legais das partes.

Boa Vista, _____ de _____ de 2020.

JAMES DA SILVA SERRADOR
Presidente/CAER

THIAGO FERNANDES AMORIM
Diretor Administrativo Financeiro/CAER

Representante da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. -----CPF nº -----

2. -----CPF nº -----